

## Pauta de hoje inclui Supersimples

Um total de 13 matérias consta da pauta de hoje do Plenário, que tem como primeiro item o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, conhecido como Supersimples. Mas a pauta poderá ser trancada com a leitura de 15 medidas provisórias já aprovadas pela Câmara dos Deputados. **Página 5**

### Senadores avaliam debate



Roosevelt Pinheiro

“O debate tornou patente a imagem de Alckmin como representante da elite paulista endinheirada, com pouca sensibilidade social”  
**ROBERTO SATURNINO**



Roosevelt Pinheiro

“O debate serviu para que a população soubesse o que pensa e o que deseja cada um dos presidencialistas em relação ao país”  
**HERÁCLITO FORTES**



Moreira Matiz

“O debate de domingo à noite foi muito equilibrado e ambos os candidatos se mostraram assertivos e incisivos em suas intervenções”  
**EDUARDO SUPLICY**



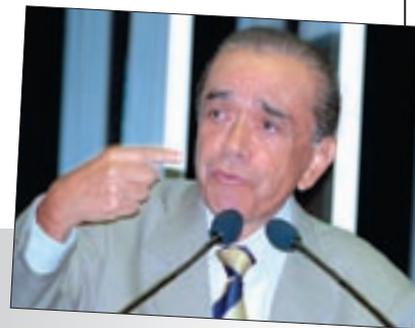
Roosevelt Pinheiro

“No domingo, o país viu o preparo, a serenidade, a competência. É o que Alckmin transmite: a esperança que tinha morrido”  
**MÃO SANTA**



Roosevelt Pinheiro

“Lula foi apanhado na mentira por ter dito em discurso que Alckmin iria privatizar o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal”  
**ANTERO PAES DE BARROS**



Roosevelt Pinheiro

“Lula não respondeu aos questionamentos. Quando perguntado sobre a situação das estradas e a dispensa de licitação, falou sobre aeroportos”  
**JOÃO BATISTA MOTTA**



Moreira Matiz

“O governo Alckmin vai tratar o setor de energia como uma atividade econômica. O papel do Estado será de fiscalizar e regular”  
**RODOLPHO TOURINHO**

**Páginas 4 e 5**

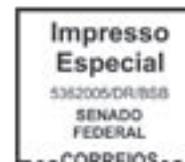


Márcio Kalume

Ao lado de Arnaldo Niskier (D), Gil fala ao Conselho de Comunicação

### Gil anuncia fórum para definir política para as TVs públicas

No Conselho de Comunicação, ministro defende a valorização da diversidade cultural. **Página 8**



Projeto determina que administradores de bancos fiquem sujeitos a penalidades previstas no Código do Consumidor



Comissão de Assuntos Econômicos também analisa projeto que dispõe sobre a Previdência

## CAE vota mudanças na lei que disciplina o sistema financeiro

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) realiza reunião hoje, às 10h, para votar uma pauta com 27 itens, sendo o primeiro deles o projeto que visa alterar a lei que disciplina o sistema financeiro nacional. De acordo com a relatora, Serys Slhessarenko (PT-MT), a proposta caracteriza as atividades exercidas pelas instituições financeiras quando em relacionamento com terceiros.

O projeto (PLS 355/05) do senador Pedro Simon (PMDB-RS) propõe ainda que os administradores dessas instituições fiquem sujeitos às penalidades previstas no Código de Defesa do Consumidor. A matéria também será examinada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

Segundo a relatora, que deu

parecer favorável ao projeto, as instituições financeiras são consideradas fornecedoras, conforme definição do Código de Defesa do Consumidor. No entanto, observa, o princípio constitucional de defesa do consumidor não pode ser interpretado de modo a invadir a incidência da lei complementar destinada a regular o sistema financeiro nem afetar os instrumentos de política monetária.

O segundo item da pauta é o projeto de Paulo Paim (PT-RS) que altera o plano de benefícios da Previdência Social, restabelecendo direitos aos aposentados que retornarem ou permanecerem em atividade (PLS 464/03). Destaca-se ainda a proposta que dispõe sobre isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente sobre veículos automotores (PLS 278/04).

# Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

## Estatuto da microempresa na pauta do Plenário

A sessão deliberativa do Plenário começa às 14h e o senador Marco Maciel (PFL-PE) é o primeiro parlamentar inscrito para falar da tribuna. A agenda de votações inclui o projeto que cria o Estatuto Nacional

da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (PLC 100/06) e a proposta que determina a prorrogação de prazos para a apropriação de créditos do ICMS por parte de estados e do DF (PLS 68/06).

## Ministro do Planejamento discute projeto de lei orçamentária para 2007

O ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo, comparece às 10h à Comissão Mista de Orçamento (CMO) para debater com os parlamentares o projeto de lei orçamentária para 2007 (PLN

15/06). Às 14h30, a CMO realiza reunião para discutir e votar proposições pendentes de deliberação. Os trabalhos da comissão se realizam no Plenário 2 do Anexo II da Câmara dos Deputados.

## CMA analisa registro do valor dos impostos na nota fiscal

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) se reúne às 11h30 para analisar, entre 11 projetos de lei em pauta, a proposição destinada a esclarecer o consumidor a respeito dos impostos pagos na compra de mercadorias e utilização de serviços (PLS 174/06). O

projeto prevê o registro do valor dos tributos na nota fiscal fornecida ao consumidor. Na mesma reunião, deverá ser examinada proposta que dispõe sobre a segurança de instituições financeiras (PLS 265/04), além de seis avisos do Tribunal de Contas da União (TCU) a respeito de auditorias realizadas pelo órgão.



## Apoio a pequenos e médios produtores de cana

Entre os projetos em pauta na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) está o que autoriza a criação do Programa de Apoio aos Pequenos e Médios Fornecedoros de Cana-de-Açúcar. O texto prevê a concessão de crédito bancário aos

pequenos fornecedores, desde que não utilizem mão-de-obra escrava ou infantil nem degradem o meio ambiente. A agenda do colegiado inclui ainda 26 itens, e a reunião será realizada na sala 19 da Ala Alexandre Costa, às 10h.

## CPI dos Sanguessugas

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Sanguessugas deve votar, às 10h, requerimentos destinados a ouvir os principais envolvidos no episódio do dossiê que supostamente ligaria o governador eleito de São Paulo, José Serra, e o candidato do PSDB à Presidência da República, Geraldo Alckmin, à chamada máfia das ambulâncias. A reunião será na sala 2 da Ala Nilo Coelho.

## Comissão de Educação

A Comissão de Educação (CE) analisa, a partir das 11h, uma pauta de 16 itens, entre os quais o projeto que cria normas para o melhor aproveitamento de disciplinas cursadas em estabelecimentos de nível superior. Às 15h30, o colegiado, presidido por Wellington Salgado (PMDB-MG), ouve a apresentação de Douglas Linares Flinto sobre o projeto Responsabilidade Social Corporativa na Escola.

## JORNAL DO SENADO

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros

**1º Vice-Presidente:** Tião Viana

**2º Vice-Presidente:** Antero Paes de Barros

**1º Secretário:** Efraim Morais

**2º Secretário:** João Alberto Souza

**3º Secretário:** Paulo Octávio

**4º Secretário:** Eduardo Siqueira Campos

**Suplentes de Secretário:** Serys Slhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia

**Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva

### COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:**

Armando S. Rollemberg

**Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social:** Helival Rios

**Diretor do Jornal do Senado:** Eduardo Leão (61) 3311-3333

**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

**Diagramação:** Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

**Arte:** Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

**Arquivo fotográfico:** Elida Costa (61) 3311-3332

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

### AGÊNCIA SENADO

**Diretora:** Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

**Chefia de reportagem:** Davi Emerich, Denise Costa e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

**Edição:** Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

**Site:** [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br) - **E-mail:** [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)

**Tel.:** 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 2º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Papaléo Paes, Magno Malta, Mão Santa e Augusto Botelho

## Paulo Bernardo debate na CMO proposta de Orçamento para 2007

O ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo, debate hoje com os parlamentares da Comissão Mista de Orçamento (CMO) o projeto de Lei Orçamentária Anual para 2007. A proposta (PL 15/06-CN) estima a receita e fixa a despesa da União para o próximo ano. A reunião está prevista para as 10h.

Paulo Bernardo irá detalhar aos deputados e senadores o projeto, encaminhado ao Congresso Nacional pelo Poder Executivo no último dia 31 de agosto, que estima para 2007 inflação de 4,5%. A previsão mantém os mesmos parâmetros estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) para 2006.

O ministro também deve analisar o cenário econômico previsto para o próximo ano, quando é esperado um crescimento real de 4,75% do produto interno bruto (PIB). O governo, de acordo com o projeto, prevê que ocorram no ano que vem, de forma simultânea, inflação baixa, crescimento econômico, saldo positivo nas chamadas transações correntes, declínio nas taxas de juros e fortalecimento de mecanismos de expansão de crédito.

Às 14h30, a CMO volta a se reunir, dessa vez para apreciar várias propostas, entre elas quatro projetos do Executivo que abrem



Paulo Bernardo discutirá estimativas de crescimento para o próximo ano

crédito suplementar no valor total de R\$ 1,5 bilhão para vários órgãos federais. A maior parcela – R\$ 641,5 milhões – vai para o Ministério da Educação e será destinada a melhorar e ampliar o ensino médio em todo o país.

A Comissão de Orçamento deve votar também requerimento de autoria do presidente do colegiado, deputado Gilmar Machado (PT-MG), para a realização de seminários regionais, coordenados pela própria CMO, para a discussão do projeto da lei orçamentária para 2007. Caso a proposta seja aprovada, os seminários irão ocorrer em novembro nas cidades de Manaus, Recife, Brasília, Belo Horizonte e Florianópolis, representando as cinco regiões.

A CMO examina ainda o relatório das atividades do Tribunal de Contas da União (TCU) referente ao 1º trimestre de 2006.

Jane Araújo

Comissão anuncia que receberá novos documentos, já analisados por comitiva enviada a Cuiabá para reunião com o delegado que preside o inquérito e o juiz encarregado do caso

## CPI investiga dossiê e pode ampliar lista de envolvidos

A CPI dos Sanguessugas deve receber mais documentos referentes à atuação da máfia das ambulâncias, entre os quais anexos ao dossiê contra candidatos do PSDB elaborado pelo empresário Luiz Antônio Vedoin para ser vendido a integrantes do PT. Um exame prévio do material feito ontem em Cuiabá, por quatro membros da CPI, apontou a possibilidade da inclusão de novos parlamentares entre os investigados pela comissão, segundo informou, por telefone, daquela capital, a deputada Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).

Formada ainda pelos deputados Carlos Sampaio (PSDB-SP), Júlio Redecker (PSDB-RS) e Paulo Rubem Santiago (PT-PE), a comitiva reuniu-se separadamente com o delegado da Polícia Federal que preside o inquérito do dossiê, Diógenes Curado Fi-

lho, e o juiz federal encarregado do processo, Jefferson Schneider. Este último autorizou a CPI a ter acesso a toda a documentação mais recente, inclusive o inquérito aberto contra o empresário Abel Pereira, que seria ligado ao ex-ministro Barjas Negri e sobre o qual pesaria a suspeita de ter funcionado como um receptor de propinas.

A deputada disse que não há confirmação do envolvimento de Negri e dos ex-ministros José Serra e Humberto Costa, mas apenas em relação a parlamentares, cujos nomes ela preferiu não informar. De todo modo, ela acredita que os documentos a serem encaminhados pela Polícia Federal à CPI darão mais elementos para a investigação de fatos ocorridos no governo Fernando Henrique.

– Nossa investigação até agora

ficou mais restrita ao período recente por causa da falta de informações de Vedoin – frisou a deputada, referindo-se ao sócio-proprietário da Planam, a empresa-líder do esquema, que tem sede em Cuiabá.

Vanessa Grazziotin informou que a CPI receberá inclusive cópia do material recolhido pela PF na casa dos acusados da tentativa de compra do dossiê com Vedoin: o advogado Gedimar Pereira Passos; Jorge Lorenzetti, ex-dirigente do Besc; Oswaldo Bargas, ex-assessor da campanha de Lula; Expedito Afonso Veloso, que deixou a diretoria do Banco do Brasil após o escândalo; e o empresário Valdebran Padilha da Silva.

– Uma outra linha importante de investigação é a origem do dinheiro que pagaria o dossiê – ressaltou a parlamentar.

Célio Azevedo



Comissão Parlamentar de Inquérito dos Sanguessugas também investiga origem do dinheiro que pagaria o dossiê contra tucanos

## Saturnino, Maciel e Suplicy fazem homenagem a Fernando Gasparian

Os senadores Roberto Saturnino (PT-RJ), Marco Maciel (PFL-PE) e Eduardo Suplicy (PT-SP) apresentaram ontem requerimentos de pesar pela morte do editor e ex-deputado federal constituinte Fernando Gasparian, ocorrida sábado, por infecção generalizada seguida de parada cardíaca. Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, a trajetória político-empresarial de Gasparian inclui a propriedade da América Fabril, uma das principais indústrias têxteis do país no início da década de 60, e a fundação, nos anos 70, do jornal *Opinião* e da revista *Argumento*, ambos de linha crítica ao regime militar.

– Ele foi um grande líder político e industrial. Valorizava o nacionalismo na política e, como constituinte, lutou por limites na taxa de juros. Foi dono ainda da editora Paz e Terra e do jornal *Opinião* em um momento difícil da ditadura – ressaltou Roberto Saturnino.

Ao reforçar o reconhecimento do Senado à atuação de Gasparian como empresário e homem público, Maciel atestou que o ex-deputado constituinte era político em sua essência e um nacionalista sempre preocupado com o desenvolvimento do país.

– Onde ele chegava, roubava a cena, pois tinha uma energia enorme que a todos contagiava – acrescentou.

Suplicy abriu sua homenagem à memória de Gasparian com uma frase do editor que rendeu a ele perseguição pela ditadura militar: “Para ser bom brasileiro, tem que gostar de democracia”. Segundo o petista, o ex-deputado constituinte era um dos parlamentares mais combativos à época. Foi sugestão sua, por exemplo, a limitação da taxa de juros a 12% ao ano, dispositivo que acabou revogado pela Emenda Constitucional 40/03. Suplicy assinalou ainda a oposição do homenageado às privatizações de estatais.

## Pedidos de convocações devem ser votados hoje

Está marcada para hoje, às 10h, reunião da CPI dos Sanguessugas, que poderá votar requerimentos para ouvir os principais envolvidos com o dossiê que supostamente liga o governador eleito de São Paulo, José Serra, e o candidato do PSDB à Presidência da República, Geraldo Alckmin, à máfia das ambulâncias.

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) apresentou requerimentos para convocar o advogado Gedimar Passos, o empresário Valdebran Padilha, o ex-coordenador de comunicação da campanha

do senador Aloizio Mercadante (PT) ao governo de São Paulo, Hamilton Lacerda, o ex-assessor da Presidência da República Freud Godoy e o ex-secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho Oswaldo Bargas, todos citados como participantes do episódio do dossiê.

Tuma também quer que sejam convocados o ex-ministro da Saúde Barjas Negri e o empresário Abel Pereira, que supostamente teria ligação com o ex-ministro.

Constam da pauta da comissão cerca de 170 requerimentos, en-

tre os quais os que pedem a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico de várias pessoas. Um dos requerimentos, apresentado pela deputada Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), pede a quebra dos sigilos de Barjas Negri.

Pedidos de convocação de ex-ministros da Saúde também podem ser votados hoje. Por solicitação do deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), os ex-ministros Humberto Costa e Saraiva Felipe poderão ser chamados a prestar informações relativas aos períodos em que estiveram à frente da pasta da Saúde.

# O debate na TV, segundo o governo e a oposição

O debate entre os candidatos Luiz Inácio Lula da Silva e Geraldo Alckmin, promovido no domingo pela TV Bandeirantes, dominou as atenções dos senadores na sessão de ontem do Plenário. Mão Santa afirmou que Geraldo Alckmin representa a ética: “O país viu o preparo, a serenidade, a competência, a fé, a esperança e o amor”. Para Heráclito Fortes, o

presidente Lula não respondeu com clareza aos questionamentos acerca das denúncias de corrupção. João Batista Motta salientou que Lula também não respondeu sobre a situação das rodovias federais porque não tem como se explicar. Roberto Saturnino disse que o debate apontou “o representante da elite paulista endinheirada” em confronto com “um homem originário do povo”.

Antero Paes de Barros concluiu que Alckmin “se mostrou mais preparado para dirigir o Brasil”. Eduardo Suplicy elogiou a equipe da TV Bandeirantes e considerou as discussões “muito equilibradas”. Rodolpho Tourinho acredita que eventual vitória de Geraldo Alckmin representaria mudança positiva no setor de energia, que seria tratado “como uma atividade econômica”.

Mão Santa



Heráclito Fortes



João Batista Motta



Roberto Saturnino



Antero Paes de Barros



## O retorno da esperança que tinha morrido

Ao comentar o debate entre os presidenciáveis, o senador Mão Santa (PMDB-PI) declarou que Geraldo Alckmin representa a ética.

– O médico tem que ter ética; a Medicina é a mais humana das ciências – disse o senador, lembrando o juramento de Hipócrates, feito pelos médicos.

Mão Santa ressaltou que Alckmin também foi vereador, prefeito, deputado estadual e federal, vice-governador e governador. Recordou que o candidato assumiu o governo de São Paulo em substituição a Mário Covas, que morreu vítima de câncer em 2001, e enalteceu o presidenciável pela herança política recebida de Covas.

Para o parlamentar, os políticos deveriam passar pela experiência do cargo de vereador antes de alçarem vãos mais altos.

– Ontem, o país viu o preparo, a serenidade, a competência, a fé, a esperança e o amor. É o que Alckmin transmite: a esperança que tinha morrido – salientou, acrescentando que o candidato tucano representa “uma contrapartida ao mar de lama de corrupção” do governo Lula.

Também em seu pronunciamento, Mão Santa defendeu o senador Magno Malta (PL-ES) das acusações de envolvimento na máfia das ambulâncias.

Em aparte, Magno Malta agradeceu a manifestação de apoio do senador.

## Falta de clareza nas respostas do presidente

Heráclito Fortes (PFL-PI) elogiou o debate promovido pela TV Bandeirantes e exaltou o desempenho do candidato do PSDB, sustentando que o presidente Lula “não respondeu a algumas perguntas com clareza”. O senador também enalteceu o formato do programa televisivo e o apresentador Ricardo Boechat.

– Nós tivemos uma grande oportunidade, concedida a todos os brasileiros, de avaliar de maneira tranqüila a capacidade de cada um dos dois candidatos que se submetem ao crivo popular no segundo turno dessas eleições.

Heráclito afirmou que o debate serviu para que a população brasileira saiba “o que pensa e o que quer” cada um dos presidenciáveis em relação ao país. O senador criticou o presidente Lula por, na sua opinião, não ter respondido “com clareza” a questionamentos acerca de acusações de corrupção contra integrantes do PT. Também na opinião de Heráclito, Alckmin demonstrou humildade, segurança e transparência durante o debate.

O parlamentar aproveitou para sugerir que, após as eleições, seja estudada a possibilidade de se incluir na legislação eleitoral a obrigatoriedade de participação em debates dos candidatos a cargos majoritários (prefeito, governador e presidente). Em apartes, Marco Maciel (PFL-PE) e Mão Santa (PMDB-PI) elogiaram o pronunciamento de Heráclito.

## Tentativa de ironia e apelo para evasivas

João Batista Motta (PSDB-ES) disse que ficou decepcionado com a *performance* de Lula. Ele observou que o candidato à reeleição não respondeu aos questionamentos e limitou-se a ironizar e a apelar para evasivas.

– Quando perguntado sobre a situação das estradas e a dispensa de licitação para iniciar a operação tapa-buracos no país, Lula procurou responder falando sobre aeroportos – comentou.

Para o senador, quem assistiu ao debate deve ter ficado estarecido, “principalmente os que trabalham com transporte, os caminhoneiros, que vivem fugindo das estradas federais porque elas não têm condições de tráfego”.

Segundo Motta, Lula não deu respostas porque não tem o que dizer sobre o assunto. Ele citou o caso da duplicação do contorno de Vitória, capital do estado que representa no Congresso, que estaria paralisada desde o início da atual administração federal.

– Aquilo é um açougue humano, morre gente todos os dias naquele pequeno espaço e a duplicação não sai – protestou.

Motta ressaltou que o presidente ficou sem ter o que responder a Franklin Martins quando este indagou se alguém está preso no Brasil por denúncia de corrupção. O senador lembrou que nem os chamados mensaleiros estão presos, nem qualquer funcionário dos Correios, nem os petistas envolvidos na compra de dossiê.

## O representante da elite contra o homem do povo

Para Roberto Saturnino (PT-RJ), o debate tornou patente a imagem de Geraldo Alckmin “como representante da elite paulista endinheirada, com pouca sensibilidade social e privatista”.

Essa visão estaria confrontada com a de Lula – acrescentou – “como homem originário do povo que sustenta uma prioridade não desenvolvimentista, mas de emancipação do povo pela distribuição da renda”.

As considerações de Saturnino sobre os dois candidatos provocaram reações de Heráclito Fortes (PFL-PI). O senador lembrou a ausência de Lula nos debates para o primeiro turno, classificou a política externa do atual governo como “atabalhoada” e acusou o presidente e candidato à reeleição de se esquivar das denúncias de corrupção no seu governo lançando questionamentos sobre eventuais desvios do governo Fernando Henrique Cardoso.

Em dado momento do discurso, Saturnino e Heráclito passaram a quase reproduzir lances da troca de acusações que marcou o debate entre os candidatos. Enquanto Heráclito apontou o atual governo como “o mais corrupto da história da República”, Saturnino rebateu a crítica afirmando que eventuais desvios “estão sendo apurados como nunca antes neste país”. Coincidentemente, essas mesmas questões foram levantadas durante o debate na TV Bandeirantes.

## “Apanhado na mentira” sobre privatizações

O debate evidenciou que Geraldo Alckmin “se mostrou mais preparado para dirigir o Brasil”, na opinião de Antero Paes de Barros (PSDB-MT). Ele entende que o presidente Lula “foi apanhado” na mentira por ter dito em discurso que Alckmin iria privatizar o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal e a Petrobras.

– É inaceitável que um presidente da República espalhe boatos contra seu adversário. Não há uma linha sobre isso no programa de Geraldo Alckmin. Aliás, se o PT é tão contrário à privatização, por que seu governo não comprou de volta a Embratel, que foi vendida há pouco tempo por um terço do preço pago na privatização? – questionou o senador.

Antero disse ainda que o governo procura restringir a atuação da Polícia Federal.

Em aparte, Roberto Saturnino (PT-RJ) destacou que “já passou o tempo em que a polícia exorbitava das suas funções”. Eduardo Suplicy (PT-SP) ponderou que Lula “teve momentos positivos” no debate. Rodolpho Tourinho (PFL-BA) denunciou que o PT da Bahia distribuiu “50 milhões de panfletos” acusando o governador Paulo Souto (PFL) de ser contra o Bolsa Família. Roberto Cavalcanti (PRB-PB) lamentou que, apesar da promessa de Lula, a Sudene não foi reativada. João Batista Motta (PSDB-ES) questionou “por que o PT não reestatizou o sistema de telefonia?”.

Eduardo Suplicy



Fotos: Moreira Mariz

## Candidatos assertivos e incisivos

Eduardo Suplicy (PT-SP) elogiou a equipe da TV Bandeirantes responsável pela realização do encontro, no domingo, entre os candidatos à Presidência da República Geraldo Alckmin e Lula. Na opinião do senador, “o debate foi muito equilibrado e ambos os candidatos foram assertivos e incisivos”.

Para o senador, apesar de Alckmin ter utilizado uma “linguagem pugilística”, o presidente Lula saiu-se bem no embate. Ele avaliou como natural a cobrança do candidato tucano em relação à origem do R\$ 1,7 milhão que seria utilizado por pessoas ligadas ao PT para a compra de dossiê contra o PSDB. Ressaltou, entretanto, que a apreensão do dinheiro foi realizada pela Polícia Federal (PF), órgão subordinado ao Ministério da Justiça, chefiado por Márcio Thomaz Bastos, “do governo do presidente Lula”.

Suplicy demonstrou otimismo no esclarecimento do caso dossiê por parte da PF e do Ministério Público Federal.

– Espero que possam, todos os órgãos responsáveis pela averiguação dos fatos, contribuir para que saibamos de tudo – disse.

O senador aproveitou para enaltecer a decisão do presidente do PT, Ricardo Berzoini, de pedir licença da direção do partido até que seu suposto envolvimento no caso seja esclarecido. Suplicy disse ainda não ser verdadeira a afirmação de que o programa Bolsa Família não exige contrapartida das famílias beneficiadas. Ele enfatizou que a legislação “exige frequência à escola, que as pessoas estejam sendo vacinadas e que as gestantes façam o seu acompanhamento de saúde pré-natal”.

Ao final, Suplicy cumprimentou o estudioso Edmund Phelps, da Universidade de Colúmbia, por ter recebido o Prêmio Nobel de Economia. Em aparte, Heráclito Fortes (PFL-PI) também comentou o debate.

Rodolpho Tourinho



## Setor de energia elétrica crescerá mais com Alckmin

Uma vitória do candidato da coligação PSDB-PFL à Presidência, Geraldo Alckmin, significaria uma mudança positiva na política de mercado de energia elétrica. A avaliação é de Rodolpho Tourinho (PFL-BA), ao afirmar que no governo Lula o setor acabou recebendo demasiada interferência do Estado, o que afastou investimentos privados e aumentou a ameaça de novos racionamentos.

– O governo Alckmin vai tratar o setor de energia como uma atividade econômica. O papel do Estado será o de fiscalizar e regular, através das agências reguladoras, as atividades do segmento e evitar particularidades como o monopólio – disse o parlamentar ao elogiar o programa do candidato para o setor.

Rodolpho Tourinho observou ainda que a política para o gás natural a ser implantada por Alckmin também será diferente do que foi feito até agora no governo Lula. Segundo ele, tem faltado planejamento para a área nos últimos quatro anos.

– Na pressa de ser o governo que daria a auto-suficiência em petróleo, o governo acabou por atrasar todos os projetos de produção de gás natural. Isso fez com que o crescimento desse mercado no Brasil fosse baseado na importação da Bolívia. O resultado é que estamos vivendo uma situação de escassez de gás natural no país – alertou.

O senador acusou o governo de ter promovido o esvaziamento das agências reguladoras do setor de energia, principalmente por meio do contingenciamento orçamentário.

– Não satisfeito, o governo enviou ao Congresso Nacional um projeto que, se for aprovado, consolidará o fim da autonomia das agências, afastando ainda mais os capitais privados do setor – assinalou, reiterando que Geraldo Alckmin afastará as soluções ideológicas e partidárias utilizadas pelo governo do PT.

## Futuro da economia preocupa Raupp

Ao comentar relatório divulgado pelo World Economic Forum, o senador Valdir Raupp (PMDB-RO) manifestou preocupação com as perspectivas de crescimento da economia mundial para as próximas décadas. De acordo com o estudo, o envelhecimento da população nos países desenvolvidos poderá comprometer o desempenho da atividade produtiva em nível mundial dentro dos próximos 20 anos.

Além disso, em 2030, alertou o senador, como o aumento da procura resultará principalmente da evolução econômica prevista para os países em desenvolvimento, os países ricos, que são responsáveis por 60% da demanda de petróleo, terão participação reduzida a 45%. Nessa época, conforme o relatório, o número de veículos em todo o mundo deve aumentar de 751 milhões para 1,66 bilhão de unidades.

– Precisarão [os países ricos] de 63,7 milhões de barris diários de petróleo, enquanto a procura dos demais países chegará a 74,7 milhões.

Lembrando que o alto preço do petróleo a partir de 2030 deverá inviabilizar o desenvolvimento econômico mundial, Raupp apontou para a necessidade de incrementar no Brasil investimentos em fontes alternativas de energia, tais como o biodiesel e gás natural.

Quanto ao problema do envelhecimento da população nos países desenvolvidos, o parlamentar defendeu ainda uma mudança na direção do fluxo de capitais que atualmente se verifica de países em desenvolvimento, como a China, para países desenvolvidos como os Estados Unidos.



Valdir Raupp comenta relatório do World Economic Forum

Plenário pode analisar hoje propostas do Supersimples e adiamento da vigência de artigo da Lei Kandir

# Pauta de votações do Senado inclui 15 MPs e 13 outras matérias

Estão prontas 13 matérias para os senadores votarem na reunião deliberativa convocada para hoje, entre projetos de lei, propostas de emenda à Constituição e um projeto de decreto legislativo. Porém, a pauta deve ser trancada caso seja feita a leitura de 15 medidas provisórias já aprovadas pela Câmara dos Deputados. Como as MPs foram assinadas pelo presidente da República há mais de 45 dias, elas têm que ser votadas prioritariamente.

O primeiro item da pauta é o projeto do Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, conhecido como Supersimples (PLC 100/06), que tem parecer favorável do senador Luiz Otávio (PMDB-PA). Essa proposição autoriza que seis impostos federais, um estadual e

um municipal sejam recolhidos em uma única guia. Também reduz o valor cobrado: a alíquota única vai variar de 4% a 17,4% do faturamento da empresa, dependendo do seu tamanho, do estado onde se localiza e do setor que explora.

O segundo item é o projeto de Rodolpho Tourinho (PFL-BA) que propõe um outro adiamento da vigência de um artigo da chamada Lei Kandir, medida que eliminou a cobrança de ICMS nas exportações. O PLS 68/06 adia de janeiro do próximo ano para janeiro de 2011 a autorização para que as empresas possam abater do Imposto de Renda a pagar o ICMS embutido no preço das mercadorias compradas para uso e consumo próprio e nas contas de energia elétrica e de telefone.

## Suplicy pede advertência a Clodovil por dizer que venderia seu voto

Ao registrar que o deputado federal eleito Clodovil Hernandez (PTC-SP) teria admitido em entrevista a um jornal argentino que poderá vender seu voto na Câmara em troca de muito dinheiro, Eduardo Suplicy (PT-SP) disse que, nesse caso, uma advertência é necessária, em virtude da repercussão internacional das declarações.

– Tenho o maior respeito pelo costureiro Clodovil, e até o cumprimento pela votação expressiva que obteve, mas ele precisa saber

que a Constituição do nosso país considera que estará cometendo crime o parlamentar que receber pagamento para votar qualquer projeto ou proposição – afirmou Eduardo Suplicy.

Presidindo a sessão no momento, o senador Augusto Botelho (PDT-RR) assinalou que o futuro presidente da Câmara deve ficar atento ao assunto e informou que as notas taquigráficas serão encaminhadas aos presidentes daquela Casa, Aldo Rebelo, e do Senado, Renan Calheiros.

## Motta: dinheiro para compra de dossiê pode ser irregular

João Batista Motta (PSDB-ES) leu ontem, em Plenário, notícia segundo a qual a Polícia Federal teria informado que “boa parte do dinheiro apreendido na compra do dossiê contra políticos do PSDB é provavelmente irregular, o que dificultará a identificação de sua origem”. A informação teria sido transmitida pelo

delegado Diógenes Curado, da Polícia Federal de Mato Grosso, a integrantes da CPI dos Sanguessugas.

Essa notícia, porém, foi contestada pelo senador Roberto Saturnino (PT-RJ). Segundo ele, alguns parlamentares realmente teriam feito declarações sobre o assunto, mas não o delegado Diógenes Curado.

Senadores eleitos pelo Amazonas, Maranhão e Mato Grosso anunciam que a reforma política será uma das prioridades em seus mandatos no Congresso

## Nascimento vai priorizar luta pela estabilidade do Pólo de Manaus

O senador eleito pelo Amazonas Alfredo Nascimento (PL), 54 anos, assumirá o cargo em fevereiro próximo com a firme disposição de trabalhar contra qualquer projeto de lei que tenha como objetivo a criação de novas zonas de processamento de exportações em território brasileiro. Segundo Nascimento, o país não possui condições de suportar mais um distrito industrial e comercial nos moldes do Pólo de Manaus, que, a seu ver, ainda exige esforços para ganhar estabilidade.

O Pólo de Manaus foi criado pelo governo federal em 1967. Assentado em fortes incentivos fiscais, o projeto abrange quatro estados, mas tem Manaus como cidade-centro. Aí se estabeleceram mais de 400 empresas, responsáveis pela geração de cerca de meio milhão de empregos, diretos e indiretos. Nascimento avalia o modelo como um grande sucesso e coloca seu mandato a serviço da estabilização do pólo, mas aponta efeitos colaterais que, a seu ver, exigem correção.

– Há um desequilíbrio grande no Amazonas, onde houve demasiada concentração de recursos e pessoas na capital. Manaus não



**Nascimento: país não comporta novas zonas de processamento de exportações**

pode continuar crescendo de forma tão explosiva – afirmou.

Com base nesse diagnóstico, o senador eleito ressaltou que é preciso agora promover a desconcentração espacial do desenvolvimento, corrigindo-se, assim, uma situação que considera de “injustiça” em relação ao interior. Por isso, disse que pretende empenhar-se para que o modelo de desenvolvimento também beneficie outras áreas do estado.

Nascimento chegará ao Senado trazendo larga experiência em funções públicas. Em 2004, foi nomeado ministro dos Transportes, quando exercia o segundo mandato como prefeito de

Manaus. Isso depois de ocupar diversos cargos na administração municipal e no governo do Amazonas, inclusive a função de superintendente da Zona Franca de Manaus, como era antes designado o pólo econômico centrado naquela capital.

Na corrida pela vaga ao Senado, Nascimento terminou com 47,49% dos válidos. Venceu concorrentes da expressão de Gilberto Mestrinho (PMDB), que governou o estado por três vezes e neste momento conclui mandato no Senado. Segundo Nascimento, foi uma “disputa dura”, em que, para sua própria surpresa, ele contou com mais votos no interior do que na capital. Se conquistar o segundo mandato, o presidente Lula terá o ex-ministro no reforço da base governista no Senado. Nascimento, atualmente no exercício da presidência nacional do PL, acredita na reeleição e aponta o atual presidente da República como a “melhor opção”.

– A comparação favorece o presidente Lula em todos os sentidos. Ele gerou empregos, garantiu a estabilidade econômica e deu credibilidade externa ao país – frisou Nascimento.



**Cafeteira considera positivas a cláusula de barreira e a proposta de reforma política**

porque não existia um grupo forte de parlamentares capaz de impedir a aprovação da matéria.

Cafeteira volta ao Senado, após sete anos de seu primeiro mandato como senador, com 1.016.240 votos, que representam 39,37% dos votos válidos no Maranhão.

Ele avalia como importante a renovação política pela qual passou o Congresso Nacional na eleição deste ano. No entanto, segundo o senador eleito, ainda não é possível avaliar se essa renovação é ou não positiva.

– Sem o resultado do segundo turno das eleições presidenciais, fica muito difícil prever o que vai acontecer depois – afirmou.

O senador eleito, que também foi governador do Maranhão entre 1986 e 1990, é decano entre os 81 senadores que comporão a próxima legislatura.

Aos 82 anos, avalia como positivas algumas reformas políticas

que estão sendo propostas e realizadas. A chamada cláusula de barreira, por exemplo, que deve restringir a atuação parlamentar de partidos políticos que não obtiverem 5% dos votos apurados nas eleições para a Câmara dos Deputados, com no mínimo 2% deles em pelo menos nove estados, é, para o senador eleito, uma forma de acabar com os “partidos de aluguel”.

– Há partidos pequenos que existem só para se vender. Com a cláusula de barreira, a tendência é que eles desapareçam – afirmou Cafeteira.

## Jayme Campos quer universidade federal para a região do Araguaia

Na opinião do senador eleito por Mato Grosso, Jayme Campos (PFL), o Brasil precisa de uma ampla reforma política e partidária. Ele defende a dissolução de 90% dos partidos nacionais, ou seja, os com pouca representação nas casas legislativas. Para Campos, a maioria desses partidos pode servir como “balcão de negócios” dentro do Congresso.

Campos também pretende transformar os núcleos universitários implantados na região do Araguaia em uma universidade federal que, na sua opinião, terá melhores condições de atender a todo o estado.

Eleito com 61,16% dos votos válidos, Campos ressaltou que quer trabalhar para aumentar os investimentos em infra-estrutura para aprimorar as condições de



**Jayme Campos defende mais investimentos em infra-estrutura de logística para MT**

logística de Mato Grosso.

Ele acredita que o país amadureceu com a crise, e que poderá haver composição de forças entre os vários segmentos sociais e políticos em benefício da população.

– Não vou a Brasília para ser um senador raivoso. Vou a Brasília para defender os interesses da sociedade – disse.

## Parceria entre Senado e TSE para divulgação de resultados do 2º turno

A parceria entre o Senado e o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para divulgação dos resultados das eleições de 2006 deverá ser repetida no segundo turno, em 29 de outubro. Esse serviço foi disponibilizado na página do Senado na internet ([www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br)) no primeiro turno e desenvolvido em conjunto pela TV Senado e pelo Prodasen, que preparou um programa para extrair dados do TSE e armazená-los nos computadores da rede.

O acompanhamento e a divulgação dos resultados das eleições foram realizados não só pela TV Senado, mas também pela Agên-

cia Senado e pela Rádio Senado.

Segundo gráfico elaborado pelo Prodasen, o pico de acessos ao site do Senado ocorreu por volta das 22h do dia 1º. A página também oferecia o programa Divulga 2006 do TSE para download, com resultados das eleições gerais em todo o país.

A exemplo do Senado, os demais parceiros do TSE na divulgação do pleito assinaram convênio que lhes possibilitou o acesso ao centro de dados contratado pelo tribunal e o recebimento, pela internet, de arquivos com informações atualizadas periodicamente.

## Cafeteira espera o fortalecimento do Senado como Casa revisora

A principal bandeira do senador eleito Epitácio Cafeteira (PTB-MA) na legislatura que se inicia em 2007 será a defesa do Senado como Casa revisora. Para ele, é preciso lutar a fim de que o Senado tenha um grupo forte e coeso de parlamentares em defesa do interesse da sociedade na votação de projetos oriundos da Câmara dos Deputados e da Presidência da República. Isso porque, na opinião desse político que acumula uma experiência de 20 anos no Congresso (quatro legislaturas como deputado federal e uma como senador), o Senado atua prioritariamente como uma Casa revisora.

– Sendo uma Casa revisora, o que acontece se não tiver um grupo com interesses comuns? Não aprova nada – disse Cafeteira, ao lembrar que assistiu “estarcido” ao fim da estabilidade para os funcionários públicos justamente

## Horário eleitoral gratuito começa na quinta-feira

Um acordo firmado entre o PT e o PSDB adiou para o dia 12 o início da campanha eleitoral no rádio e na TV. Conforme a legislação eleitoral, a propaganda gratuita poderia ter começado no último dia 5.

A eleição se dará no dia 29 de outubro. Concorrem os dois candidatos mais votados no primeiro turno, por nenhum deles ter alcançado o índice de 50% mais um dos votos válidos. A regra vale para os cargos do Poder Executivo – presidente da República e governador. A

propaganda eleitoral gratuita será dividida em dois períodos diários de 20 minutos para cada eleição, ou seja, dois blocos de 20 minutos para presidente, sendo 10 minutos para cada candidato, e, em seguida, nos estados onde vai ter segundo turno para governador o mesmo tempo para cada candidato a esse cargo.

Quem justificou a ausência da votação no primeiro turno, poderá votar no segundo turno, desde que preencha as condições legais.

## Projeto abre mercado aéreo para empresas estrangeiras

Encontra-se na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) projeto do senador Tião Viana (PT-AC) que altera o Código Brasileiro de Aeronáutica para abrir o mercado nacional de serviços aéreos de transporte público a empresas estrangeiras. O projeto revoga todas as normas legais que restringem esse transporte a pessoas jurídicas brasileiras.

Na justificativa do projeto (PLS 259/06), Tião Viana diz que a legislação nacional de transporte aéreo tem um caráter protecionista, que não mais se justifica, em razão da demanda por esse transporte e da necessidade de ampliação da oferta desse recurso fundamental para o desenvolvimento do turismo e da economia nacional.

O senador explica que o código não apenas veda a prestação de serviços aéreos por empresas estrangeiras como limita a 20% a participação do capital estrangeiro nas empresas brasileiras. “Assim sendo, vigora uma reserva de mercado absoluta, que impede o consumidor brasileiro de ter acesso a serviços de melhor qualidade e mais baratos”, lamenta.

Na opinião de Tião Viana, em vez de fortalecer as empresas brasileiras, esse modelo, “de duvidosa constitucionalidade”,



Fotos: Roosevelt Pinheiro

**Protecionismo da legislação nacional não mais se justifica, avalia Tião Viana**

tornou-as acomodadas e ineficientes.

Outro argumento do senador é o de que essas normas protecionistas vêm sendo substituídas internacionalmente. A União Européia, por exemplo, permite que empresas sediadas em um dos países membros ofereçam serviços em qualquer dos países daquele bloco.

Tião Viana considera que essa mudança no Código Brasileiro de Aeronáutica (Lei 7.565/86) servirá também para fortalecer os laços do Brasil com os demais países do continente, uma vez que viabilizaria a oferta de vôos microrregionais, em paralelo às atuais linhas internacionais, que se concentram em poucas cidades.

## Renan participará de fórum de debate sobre o terceiro setor

O presidente do Senado, Renan Calheiros, abrirá, no dia 29 de novembro, o 2º Fórum Senado Debate Brasil, que irá discutir o terceiro setor e fortalecer os vínculos do Legislativo com a sociedade civil organizada, mediante a discussão de ações que possam ser aprovadas no Parlamento para melhorar a vida da população.

Sob o tema “Terceiro setor – cenários e perspectivas”, o debate é consequência do entendimento de que, hoje, o terceiro setor comporta significativo conjunto de organizações não-governamentais e sem fins lucrativos, incluindo instituições de defesa de direitos, movimentos sociais, entidades filantrópicas e fundações ligadas à ação social das empresas.

A programação do evento foi induzida ainda pela constatação de que o terceiro setor tem crescido muito no país, inclusive mediante parcerias com os governos federal, estadual e municipal, e vem atuando em atividades de formulação, execução, avaliação e fiscalização das políticas

públicas.

Conforme informações da consultora legislativa Tatiana Feitosa de Britto, não existe, até agora, um marco legal consolidado que regulamente o funcionamento das diferentes organizações do terceiro setor de maneira coerente, combinando incentivo, transparência e controle social.

Segundo a consultora, tudo isso é agravado por denúncias frequentes de desvios de recursos públicos por meio de entidades supostamente sem fins lucrativos, verdadeiras ou “de fachada”, o que indica a necessidade de aperfeiçoamento dos mecanismos de elaboração, execução e fiscalização do orçamento público e das parcerias do Estado com a sociedade civil.

O evento, a ser realizado nos dias 29 e 30 de novembro, trará painéis de debate entre especialistas, acadêmicos, dirigentes de organizações sem fins lucrativos, redes que congregam diferentes entidades da área e representantes do Legislativo.

Senador compara a previsão de baixo crescimento do PIB brasileiro para 2007, de 3%, com a da China e da Índia, cujos índices devem ficar em 9,7% e 8,5%, respectivamente

## Maciel culpa governo pelo desempenho ruim da economia

Ao comentar matéria publicada pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, o senador Marco Maciel (PFL-PE) criticou ontem o governo federal pelo desempenho ruim da economia brasileira em comparação com os demais países emergentes e com os vizinhos sul-americanos. Em sua avaliação, as baixas previsões de crescimento do produto interno bruto (PIB) para este ano e para 2007 são devidas ao déficit fiscal, ao elevado endividamento público e à deficiência da máquina administrativa federal.

Marco Maciel ressaltou que o crescimento de 3% do PIB previsto para 2007 só é maior, na América Latina, do que o do Equador, que deve ficar em 2,5%. Os países emergentes, fora da América Latina, também apresentarão resultados melhores do que o do Brasil, acrescentou, citando a Rússia, que deverá crescer 5,8%; a China, 9,7%; a Índia 8,5%; e a Coreia do Sul, 4,3%.

Referindo-se a relatório elaborado pela Fundação Konrad Adenauer, Marco Maciel lamentou também a classificação ruim do Brasil no que se refere ao processo de aperfeiçoamento democrá-



**Marco Maciel critica atual administração por não ter dado prioridade à reforma política**

tico e desempenho institucional. De acordo com o estudo citado, o Brasil se colocaria, na América Latina, em posição inferior à do Chile, Costa Rica e Uruguai em relação ao desenvolvimento democrático, ficando abaixo da média da região.

O senador observou ainda que nos últimos três anos da administração petista não se deu continuidade ao processo de reformas – iniciado durante o mandato do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso – visando à estabilidade econômica. Ele lembrou que a introdução do Plano Real, significando mais que a criação

de uma nova moeda, permitiu planejar o desenvolvimento do país, algo impossível de ser realizado antes devido à alta inflação da moeda brasileira.

Ao final de seu pronunciamento, Maciel censurou o governo por não ter dado prioridade à reforma política e por não ter se empenhado em melhorar as práticas da cidadania.

– Para desfrutarmos de taxas mais elevadas de crescimento e fazê-lo de forma sustentada, convém retomar o ciclo das reformas estruturais, tanto na economia quanto na política – recomendou.

## Papaléo pede eficiência na cobrança de impostos

O senador Papaléo Paes (PSDB-AP) sugeriu, em pronunciamento feito ontem, a adoção de medidas capazes de simplificar a tributação brasileira e desonerar os cidadãos e as empresas. Em sua avaliação, a redução de alíquotas sobre o setor produtivo e a eficiência na cobrança de impostos seriam soluções tanto para reduzir a carga tributária quanto para melhorar a arrecadação.

Para o senador, as altas alíquotas têm como consequência negativa o aumento da sonegação. De acordo com sua análise, os micro e pequenos empresários, quando descobrem que podem lançar mão do dinheiro que seria destinado ao fisco para financiar as atividades de sua empresa, deixam de pagar os tributos elevando a evasão fiscal. Além disso, frisou, a pesada carga tributária leva as empresas à informalidade



**Papaléo considera que as altas alíquotas sobre o setor produtivo geram o aumento da sonegação**

e ao funcionamento à margem do sistema tributário.

– De fato, estamos na contramão ao burocratizar e taxar excessivamente o funcionamento empresarial. Enquanto outros

países buscam simplificar a trama burocrática e o aparato legal que obstruem o caminho do empresariado, nós não cessamos de criar obstáculos à geração de emprego e renda – enfatizou.

Papaléo ressaltou ainda que, embora haja divergências quanto aos números da sonegação no Brasil, as estimativas oscilam entre 20% a 50% da arrecadação.

– Isso significa que um mecanismo mais eficiente de cobrança pode-

ria aumentar consideravelmente a arrecadação e, assim, desonerar a população e os setores produtivos, tirando o país da estagnação econômica gerada pela tributação – concluiu.

Em exame na Comissão de Educação projeto que prevê aproveitamento obrigatório de crédito obtido nas cadeiras que não sofreram alteração de conteúdo com novo currículo



Senadores da CE também devem analisar proposta do Executivo que cria Programa Nacional de Apoio ao Adolescente Carente

## Mudança de currículo deve assegurar disciplina cursada

As instituições de ensino superior poderão ser impedidas de impor restrições ao aproveitamento de disciplinas cursadas pelo estudante no próprio estabelecimento ou em algum outro. Isso é o que estabelece projeto de lei (PLS 233/04) do então senador Duciomar Costa que pretende inserir tal previsão na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). A matéria está na pauta da Comissão de Educação (CE), que se reúne hoje, a partir das 11h.

Conforme a proposição, o aproveitamento deve ser obrigatório e automático caso o aluno tenha cursado disciplinas que não sofreram alteração de conteúdo após mudanças curriculares. Apenas se as disciplinas tiverem sido cursadas há mais de dez anos é que o estabelecimento de ensino poderá condicionar a aceitação do crédito à aprovação

prévia em teste específico. O relator da matéria, que tem decisão terminativa na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), é o senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), que apresentou parecer favorável à proposta.

Também consta da pauta projeto que autoriza o Poder Executivo a criar o Programa Nacional de Apoio ao Adolescente Carente (Pronaac). O PLS 161/04, do senador Romeu Tuma (PFL-SP), propõe a criação de programa assistencial de estágio para estudantes adolescentes que pertençam a famílias de baixa renda e estejam matriculados em rede regular de ensino. A proposição diz que os órgãos federais serão autorizados a admitir estagiários até o limite de 10% do total de cargos ou empregos existentes em seus quadros.

A relatora, senadora Iris de Araújo (PMDB-GO), que apre-

sentou parecer pela aprovação da matéria, ressaltou que a iniciativa pode contribuir para o apoio socioeducacional de adolescentes carentes, evitando que esses estudantes sejam expostos a situações de risco, como a cooptação para o tráfico de drogas.

### Consumidor

Outro projeto que poderá ser votado pela CE hoje é o PLS 396/05, que altera o Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/90) para adequá-lo às relações de consumo realizadas por meio eletrônico e garantir mais segurança jurídica aos negócios praticados via internet.

O autor, senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA), salientou que a proposta tem a finalidade de preservar a segurança dos consumidores em compras eletrônicas, além de produzir comprovação da transação comercial.

## Gil destaca papel da TV pública e anuncia evento

Em audiência ontem no Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, o ministro da Cultura, Gilberto Gil, destacou a importância da TV pública como vetor de valorização das diversidades culturais e de preservação da identidade nacional.

Nesse sentido, ele anunciou que o Ministério da Cultura pretende realizar, até o fim do ano, em parceria com a Casa Civil e o gabinete da Presidência da República, o 1º Fórum Nacional de TVs Públicas, com o objetivo de discutir, formular e enunciar as questões de um plano de desenvolvimento para o setor.

– Queremos debater com os diferentes atores, reunindo pela primeira vez representantes dos vários ministérios e de todas as televisões públicas e convocando também o Parlamento. Poderemos tratar eixos temáticos como uma política de fortalecimento para a televisão pública, aprofundando a capacidade de diálogo com as produções independentes; discutir a necessidade de atualização tecnológica das TVs públicas; entre outros temas – afirmou.

De acordo com Gil, deverão estar em pauta também o financiamento das TVs, incluindo a capacidade de investimento para

o desenvolvimento de programações; a revisão dos aspectos jurídicos que orientam sua atuação; e a estratégia de afirmação de uma instituição pública num contexto em que há forte competição por audiência.

### Direitos autorais

O conselho, presidido por Arnaldo Niskier, também deu início ontem à discussão sobre uma possível revisão da Lei dos Direitos Autorais. Estiveram presentes os palestrantes João Carlos Éboli, do Instituto dos Advogados do Brasil (IAB), e Glória Cristina Braga, do Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (Ecad).

## Proposta a criação da Universidade Federal do Baixo São Francisco

Maria do Carmo Alves (PFL-SE) apresentou projeto autorizando o Executivo a criar a Universidade Federal para o Desenvolvimento do Baixo São Francisco, com sede na cidade de Propriá (SE). De acordo com a senadora, a proposta é importante não só para tornar a educação superior acessível aos menos favorecidos, como para ajudar o poder público a alcançar a meta de matricular, até 2010, 30% dos jovens entre 18 e 24 anos em universidades, como exige o Plano Nacional de Educação (Lei 10.172/01).

O projeto (PLS 257/06) lista entre os objetivos da universidade ministrar ensino superior, desenvolver pesquisa e promover a extensão universitária, com ênfase nas áreas de saúde, ciências agrárias, gestão pública e turismo. O texto fixa também que a estrutura organizacional e a forma de funcionamento do centro universitário serão definidas em estatuto e em outras normas legais, respeitado o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Ao justificar o projeto, Maria do Carmo afirma que, apesar do crescimento da oferta de ensino superior no país, a maioria dos jovens que concluem o ensino médio não tem conseguido acesso à universidade, ainda que demonstre capacidade intelectual



Maria do Carmo: iniciativa torna educação superior acessível aos menos favorecidos

para frequentá-la. Ela explica que, se em alguns lugares a educação superior pública não dá conta da demanda, em outros locais o atendimento é feito exclusivamente pela rede privada, havendo ainda regiões em que o ensino superior nem chega, como é o caso de comunidades com menor poder aquisitivo, sem maiores atrativos ao empresariado da educação.

A senadora argumenta que é para manter o sonho desses jovens do leste sergipano, residentes à margem do rio São Francisco, que propõe a criação da universidade em Propriá. Segundo ela, a cidade já foi considerada celeiro cultural e econômico e uma das maiores promessas de desenvolvimento de Sergipe. No entanto, lembra, a economia da região continua assentada em atividades primárias.

## Magno Malta solidariza-se com familiares das vítimas do vôo 1907

Magno Malta (PL-ES) solidarizou-se ontem com todos os familiares das vítimas do vôo 1907 da Gol. Ele assinalou que, dos 154 mortos no acidente ocorrido no dia 29 de setembro, 14 eram capixabas e, desses, dez residiam no município de Cachoeiro do Itapemirim, onde Malta começou a vida pública como vereador. O senador deu informações biográficas sobre cada uma dessas dez vítimas e disse que algumas delas integravam um grupo de excursão organizada por uma agência de turismo da cidade.

– A coisa mais difícil da vida é perder sangue do próprio sangue, carne da própria carne. A vida é fugaz, é ligeira, passa muito depressa, e devemos vivê-la sem ódio no coração – destacou o parlamentar, ao cobrar ainda explicações do ministro da Defesa, Waldir Pires, sobre as causas do acidente aéreo.

Malta também agradeceu a solidariedade que tem recebido num



Malta cobra explicações do ministro Waldir Pires sobre as causas da tragédia

momento em que se diz “vítima de uma ilação mentirosa”, referindo-se ao processo contra ele no Conselho de Ética. O senador teve o nome citado no relatório parcial da CPI dos Sanguessugas.

Em aparte, João Batista Motta (PSDB-ES) destacou seu apoio a Magno Malta, enquanto Eduardo Suplicy (PT-SP) também manifestou solidariedade às famílias das vítimas e lamentou a tragédia com o avião da Gol.